

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Yuri Lopes Dantas

**OS REFLEXOS DA GUERRA DO CHACO NA SOBERANIA BRASILEIRA
PERANTE O CONTINENTE SUL AMERICANO (1932-1950)**

**Resende
2020**

Yuri Lopes Dantas

**OS REFLEXOS DA GUERRA DO CHACO NA SOBERANIA BRASILEIRA
PERANTE O CONTINENTE SUL AMERICANO (1932-1950)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Orientador(a): Prof(a). Marcio Sousa de Pinho

Resende
2020

Yuri Lopes Dantas

**OS REFLEXOS DA GUERRA DO CHACO NA SOBERANIA BRASILEIRA
PERANTE O CONTINENTE SUL AMERICANO (1932-1950)**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Militares.

Aprovado em ____ de _____ de 2018:

Banca examinadora:

MARCIO SOUSA DE PINHO - Maj
Orientador

MARCIO SOUSA DE PINHO - Maj
Orientador

MARCIO SOUSA DE PINHO - Maj
Orientador

Resende
2020

Aos meus pais, Claudia e Giovanni e ao meu irmão, Derick, pelos exemplos que sempre demonstraram para mim em diversos momentos. À minha namorada e companheira Gabrielle pelo apoio e incentivo durante o curso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à Deus, criador de todas as coisas pela saúde proporcionada até hoje para possibilitar a conclusão deste curso.

Aos meus pais que, mesmo com todas as dificuldades e atribulações da vida, conseguiram me proporcionar a educação necessária para chegar onde cheguei, abdicando de prazeres próprios para possibilitar as melhores condições de engrandecimento na vida.

A todos os meus instrutores durante os 5 anos de formação que abdicaram de vários momentos de lazer para ministrar suas instruções.

Aos meus companheiros de turma que com suas presenças diárias tornaram menos difícil a saudade dos familiares, por meio de suas fraternas convivências.

RESUMO

OS REFLEXOS DA GUERRA DO CHACO NA SOBERANIA BRASILEIRA PERANTE O CONTINENTE SUL AMERICANO

AUTOR: Yuri Lopes Dantas

ORIENTADOR: Marcio Sousa De Pinho

O presente trabalho se refere às tensões geopolíticas na disputa de poder regional no continente sul americano, durante o período da Guerra do Chaco, conflito travado entre os anos 1932 a 1938, objetivando esclarecer qual país teve maior grau de influência nas fases bélica, diplomática e principalmente pós diplomática. O trabalho irá se ater a verificar a situação das vias ferroviárias e hidroviárias dos países que buscavam a hegemonia sul americana na primeira metade do século XX, por meio de uma pesquisa bibliográfica, buscando analisar os reflexos do conflito diretamente na Projeção de Poder brasileiro neste extrato do continente, bem como as ações diplomáticas militares e econômicas brasileiras no âmbito do conflito. Dito isto, a pesquisa buscou responder também como a Guerra do Chaco auxiliou no processo de integração da região ao Brasil e se o conflito favoreceu à Argentina ou ao Brasil. A questão fronteiriça foi o fator que levou ao conflito entre os beligerantes Bolívia e Paraguai já que as mesmas não foram definidas de modo satisfatório em alguns pontos, motivando a Bolívia a reivindicar territórios como o Chaco Boreal. Brasil e Argentina, mantiveram-se às margens do conflito, ambos procurando fazer jus às suas vontades e necessidades primárias no âmbito da geopolítica, ou seja, buscando dominar os antagonismos das bacias hidrográficas e dos dois Oceanos que os cercam. O Brasil era desfavorável a um aumento fronteiriço com sua concorrente Argentina. Esta era favorável a independência Paraguai e por isso se aproximara deste, buscando benesses econômicas e a hegemonia no continente. Dessa forma o Brasil buscava com que o Paraguai e a Bolívia exportassem os seus produtos por meio das linhas férreas ou, fazendo o uso de seus portos e rios, aumentando a dependência destes países para com o Brasil. Pôde-se inferir, no entanto, que o Brasil não se atentou corretamente aos problemas que enfrentaria, tanto na parte de comunicação com a região quanto na parte militar e política, resultando com que a Argentina obtivesse uma maior influência nas fases bélicas e diplomática do conflito. Somente a partir da década de 1950 que o Brasil começou a aumentar seus esforços para atingir à região e, somente nos governos militares que os planos foram postos em prática, juntamente à mudança do pensamento dos políticos bolivianos acerca da integração daquela região. A defesa da soberania nacional e a projeção do poder brasileiro sobre os países do continente Sul americanos é de suma importância no âmbito da geopolítica, bem como os processos de integração e aumento da dependência entre os países são fatores que influenciam diretamente na forma como um país se relaciona com o outro, gerando um conflito bélico, ou não. Desta forma, o estudo deduz que o Brasil não obteve o desempenho esperado no que tange à sua ação durante o conflito no âmbito da diplomacia, entretanto o mesmo passou a se preocupar com o tema a partir da segunda metade do século XX o que gerou consequências econômicas, militares e políticas.

Palavras-chave: Guerra do Chaco. Geopolítica. *Heartland* sul-americano. Diplomacia. Rivalidade.

ABSTRACT

THE REFLEXES OF THE CHACO WAR ON BRAZILIAN SOVEREIGNTY OVER THE SOUTH AMERICAN CONTINENT

AUTHOR: Yuri Lopes Dantas
ADVISOR: Marcio Sousa De Pinho

The present work refers to the geopolitical tensions in the regional power dispute in the South American continent during the Chaco War, a conflict which happened between the years 1932 and 1938, aiming to clarify which country had the greatest degree of influence in the war, diplomatic and mainly post-diplomatic phases. The work will focus on verifying the situation of railways and waterways in countries that sought South American hegemony in the first half of the 20th century. Through a bibliographic search, seeking to analyze the reflexes of the conflict directly and indirectly in the Projection of Brazilian Power in this continent, as well as the Brazilian military and economic diplomatic actions in the scope of the conflict. That said, the research also sought to answer how the Chaco War helped in the process of integrating the region with Brazil and whether the conflict favored Argentina or Brazil. The border issue was the factor that led to the conflict between the belligerent Bolivia and Paraguay as they were not satisfactorily defined in some points, motivating Bolivia to claim territories such as the Northern Chaco. Brazil and Argentina remained on the margins of the conflict, both seeking to live up to their wants and primary needs within the scope of geopolitics, that is, seeking to dominate the antagonisms of the hydrographic basins and the two Oceans that surround them. Brazil was unfavorable to a border increase with its competitor, Argentina. This one, on the other hand, being favorable to Paraguayan independence, had approached it, seeking economic benefits and hegemony in the continent. In this way, Brazil sought to have Paraguay and Bolivia to export their products through Brazilian rail lines or through their ports and rivers, increasing the dependence of these countries on Brazil. It could be inferred, however, that Brazil did not properly address the problems it would face, both in terms of communication with the region and in the military and political part, causing Argentina to obtain greater influence in the war and diplomatic phases of the country. In the post-diplomatic phase, at the beginning of the 1950s, Brazil began to increase its efforts to reach the region and, only in the military governments, which took place at the 1970s, that the plans were put into practice, along with the change in the thinking of Bolivian politicians about the integration of that region. The defense of national sovereignty and the projection of Brazilian power over the countries of the South American continent is of paramount importance within the scope of geopolitics, as well as the processes of integration and increased dependence between countries are factors that directly influence the way a country relates to the other, heading towards a war conflict, or not. Thus, that study deduces that Brazil started to be concerned with the theme only from the second half of the 20th century, a fact that generated economic, military and political consequences.

Keywords: Chaco War. Geopolitics. South-American *Heartland*. Diplomacy. Rivalry.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Heartland sul-americana de Travassos.....	13
Figura 2 – Macro regiões da América do Sul.....	14
Figura 3 – Sistema Ferroviário Andino.....	18
Figura 4 – Extensão das ferrovias até Santa Cruz.....	20
Figura 5 – Aspéctos hidrográficos da região.....	21

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
IIRSA	Iniciativa para Integração da Infraestrutura Sul-Americano
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
1.1	JUSTIFICATIVA.....	10
1.2	OBJETIVOS.....	10
1.2.1	Objetivo Geral.....	10
1.2.2	Objetivos Específicos.....	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	11
2.1	ANTECEDENTES DO CONFLITO.....	11
2.2	MODAIS DE TRANSPORTE BRASIL E ARGENTINA.....	13
2.3	AÇÕES MILITARES, POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS.....	15
2.4	CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS DA GUERRA PARA O BRASIL....	27
3	REFERENCIAL METODOLOGICO.....	33
3.1	TIPO DE PESQUISA.....	33
4	CONCLUSÃO.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35

1 INTRODUÇÃO

O mundo acabara de presenciar as aflições ocorridas na Primeira Guerra Mundial que acabara em 11 de novembro de 1918. A América do Sul que observara o conflito de certo ponto afastado agora observaria um conflito dentro de seu próprio território envolvendo dois de seus países: Bolívia e Paraguai. Ocorrendo dos anos de 1932 a 1938 os quais englobam as suas duas fases: bélica (1932 a 1935) e diplomática (1935 a 1938): A Guerra do Chaco.

O propósito da pesquisa fundamentar-se-á no processo de integração dos países sul-americanos no âmbito do conceito de interdependência complexa tendo como pano de fundo a Guerra do Chaco além disso fazer uma breve análise do posicionamento político do Brasil durante a fase bélica e diplomática do conflito no que diz respeito às tensões circunvizinhas no âmbito da América do sul.

Assim, é oportuno problematizar a questão: “De que forma o acontecimento do conflito entre Bolívia e Paraguai refletiu, sob aspectos geopolíticos, na projeção do poder do Brasil?”. Para atingir tal objetivo, será necessário avaliar o grau de influência da Argentina e do Brasil nas 3 principais fases do conflito: a fase antecedente ao conflito, sua fase bélica e sua fase diplomática.

Ademais, a pesquisa irá se ater a responder algumas outras questões, tais como: Quais foram as ações político-diplomáticas de Brasil e Argentina durante o conflito e se essas ações foram significativas para o término do conflito. Além disso: Como a fase diplomática do conflito ajudou ou atrapalhou no processo de integração Brasil-Argentina?

Com base no que foi supracitado fica evidenciado a necessidade de se apurar os motivos que levaram ao conflito, observando a fundo as questões fronteiriças e os motivos pelos quais levaram alguns países sul-americanos a terem as suas fronteiras bem definidas, como o Brasil, e outros como Bolívia e Paraguai tardarem a defini-las de fato. Para isto, no primeiro capítulo será abordado uma introdução acerca dos motivos que levaram à escalada do conflito, seguindo com uma análise dos modais de transporte da época, os quais foram de suma importância para a interferência das potências regionais no conflito, posteriormente será realizado um estudo das ações militares, políticas e diplomáticas dando ênfase nas potências regionais. Por fim, será realizado o balanço das consequências do conflito para o Brasil no que diz respeito à sua busca pela hegemonia regional.

1.1 JUSTIFICATIVA

A pesquisa justifica-se na problemática da carência de documentações pertinentes aos estudos deste conflito que impactou diretamente no modo de pensamento e na diplomacia das Forças Armadas brasileiras, o que dificulta o estudo e a aprendizagem deste tema.

A viabilidade da pesquisa pode ser explicitada pela análise da documentação constante no Arquivo Histórico do Exército brasileiro, na cidade do Rio de Janeiro, tratando-se de acervos de origem pública e oficial, documentos institucionais, além de serem divididos por fontes manuscritas, acervos pessoais de militares, fontes impressas e livros escritos no período.

A pertinência da pesquisa advém do fato da possibilidade da realização de uma pesquisa mais aprofundada na documentação produzida pelo Exército Brasileiro, que faz parte de um contexto relacionado ao projeto político e militar do Estado brasileiro para a defesa das fronteiras.

Além disso, a percepção da motivação de cada país, seus interesses como Estado são fatores de suma importância para o equilíbrio regional, ao passo que a sua correta compreensão auxilia contra o surgimento de novos conflitos armados.

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar os possíveis reflexos do conflito entre Bolívia e Paraguai pelo Chaco Boreal para o Brasil no que tange à projeção do Poder brasileiro no continente sul americano.

1.2.2 Objetivos Específicos

Descrever os motivos pelos quais se deu início ao conflito.

Analisar a situação dos modais de transportes do Brasil e da Argentina na época do conflito.

Analisar as principais ações diplomáticas, militares, econômicas e políticas do Brasil e da Argentina durante a fase bélica e diplomática da Guerra do Chaco.

Analisar o processo de integração do triângulo econômico de Travassos Sucre – Cochabamba – Santa Cruz de La Sierra às regiões circunvizinhas, principalmente ao Brasil, tendo como pano de fundo a Guerra do Chaco. Identificando em que grau o conflito que influenciou na hegemonia brasileira na região.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ANTECEDENTES DO CONFLITO

O conceito de *Heartland*, ou área Pivot publicado por Mackinder em “**The Geographical Pivot of History**” (1904) foi aplicado no continente sul-americano pelo militar brasileiro Travassos (1938, p.60) formado pelo “triângulo Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra”.

Figura 1: Heartland sul-americana de Travassos



Fonte: Projeção Continental do Brasil 1938, p.26

De acordo com Travassos (1938, p.60-61):

De fato, Santa Cruz, com sua altitude de 400 m., está no sopé mesmo do triangulo se considerarmos a diferença de nível de mais de 2. 000 m., em relação aos dois outros vertices (Cocha bamba e Sucre). Representa o centro economico de toda a vertente oriental nordestina do planalto e, afora inumeros produtos, cuja exploração intensiva data da que da da borracha (fumo, açúcar, café, cereais, gado, etc.), possui terrenos petroliferos cujas pesquisas vão já bem adeantadas.

Autores como Severo (2012) consideram que o conceito de *Heartland* na verdade foi devidamente conceituado pelo professor de História do Brasil na Universidade de Creighton, Lewis Tambs. De acordo com o mesmo: “Quem controla Santa Cruz comanda Charcas. Quem controla Charcas comanda o *Heartland*. Quem controla o *Heartland* controla a América do Sul. Este conceito é grande importância para se entender o nível de importância que os geopolíticos da época e os futuros geopolíticos deram a região em litígio.

Futuramente, alguns autores como Couto e Silva (1981) e Pinochet (1978) ampliaram o conceito de *Heartland*, a definindo não só como uma região rica em rios, gás natural, petróleo, minérios e terras férteis, mas também como uma região de suma importância para a estratégia regional e uma área importante para a integração regional, que englobaria não só a região anteriormente limitada, mas também o Norte argentino, o Paraguai e o centro-oeste brasileiro (SEVERO, 2012).

Além disso, pode-se observar que: “Uma das grandes características que marca o *Heartland* sul-americano é a visível ausência de um poder integrador político, econômico e bélico”. O Estado boliviano não se preocupou devidamente com a sua hegemonia na região antes da Guerra do Chaco (1932-1935) (SEVERO, 2012).

Na figura abaixo estão subdivididas as Macro regiões do continente, segundo Oliveira e Garcia (2010):

Figura 2: Macro regiões da América do Sul



Fonte: Oliveira e García: 2010, p.11

Após abordar um pouco sobre a área litigiosa propriamente é de grande importância analisar os motivos que levaram ao conflito propriamente dito. Para se entender os motivos que levaram a Bolívia ao conflito bélico se faz necessário fazer referência à Guerra do Pacífico, a qual deixou o país como verdadeiro retalhado, já que a mesma retirou da Bolívia a sua única saída para o oceano Pacífico, resultando em uma necessidade futura de obtê-la. A respeito desta necessidade, pode-se inferir que:

Com efeito; a situação da Bolívia é hoje das mais delicadas [...] Como a verdadeira amputada da Guerra do Pacifico e ante a indiferença brasileira, teve que sujeitar-se, sem direito de escolha, á influencia argentina [...] Por outro lado, a Bolívia não se contenta com um porto de mar no Atlantico - quer a sua saída marítima no Pacifico (TRAVASSOS 1938, p.44-45)

Diferentemente do colonialismo português, o espanhol não conseguiu consolidar todo o perímetro de fronteiras em suas colônias na América, deixando pontos suscetíveis a reclamações de países circundantes tais como Bolívia e Paraguai.

A guerra do Chaco foi um conflito travado entre Bolívia e Paraguai durante os anos de 1932 e 1935. As fronteiras da região não foram muito bem definidas pelo colonialismo espanhol, e, durante o processo de independência do que viria a ser a Bolívia e o Paraguai, cada um queria a maior parte da região do Chaco para si (ELTZ, 2015, p. 23)

De início, levantou-se a possibilidade de existência de petróleo na região chaqueña, entretanto tal possibilidade não viera a se confirmar até findo o conflito pois as operações militares ocorreram a centenas de quilômetros dos locais suspeitos “No início do conflito, a opinião pública boliviana parecia estar convicta de que a guerra acontecera por motivos econômicos, ligados aos supostos campos petrolíferos, porém essa teoria não se comprovaria” (KLEIN, 2002, p. 194).

A Bolívia viera de uma crise econômica significativa em meados da década de 1930 e de uma relativa instabilidade política, diferentemente de seus anos antecedentes desde a sua independência até a década de 1880, em que a mesma logrou êxito em manter-se em uma relativa estabilidade político-econômica (ELTZ, 2015).

Entretanto, observa-se que:

Com as eleições de 1931, Daniel Salamanca chegou ao poder [...] No entanto, seu governo iniciou de forma conturbada. Algumas medidas estabelecidas, como a afirmação de que o problema da nação não era a crise e sim o comunismo [...] Em relação ao Chaco, o mandatário propôs ao exército um plano de penetração do território por conta das conturbadas relações fronteiriças com o Paraguai, que já se estendiam há décadas (ELTZ, 2015, p.25)

Dentro deste aspecto político-econômico, tem-se que a Bolívia, durante o governo de Daniel Salamanca, acreditava que a região teria um alto potencial para a produção petrolífera. Para que se escoasse os produtos para o Pacífico, a Bolívia buscava então uma saída pelo rio Paraguai ou pela província Argentina de Salta, no entanto, na mesma época a Argentina cria a empresa petrolífera *Yacimientos Petrolíferos Fiscales*, o que evidenciou sua pretensão econômica de dominar a área da produção de petróleo na região. Para que esta hegemonia fosse obtida, era necessário que se evitasse ao máximo, por parte da Argentina, que a Bolívia obtivesse uma saída para o escoamento de suas *commodities*, já que isto daria maior capacidade competitiva para a Bolívia. Desta forma, fica evidenciado alguns dos motivos pelos quais a Argentina e o Paraguai teriam interesses em comum e desta forma se criassem as alianças entre os países sul americanos mesmo que Brasil e Argentina se declarassem neutros (DORATIOTO, 2000)

Deste modo, a Bolívia tomou a iniciativa do conflito, tendo à frente a figura de um governante que poderia tirar o país do momento conturbado em que se encontrava.

Para o Paraguai, a motivação também fora meramente territorial: “para o Paraguai [...] as causas da guerra diz respeito às questões territoriais. Alegação pautada também, em documentos coloniais, afirmando que o Chaco pertencia à capital Assunção” (BRASIL, 1935, p.19)

O conflito que se iniciaria entre Bolívia e Paraguai como protagonistas tinha em seus motivos a questão territorial, ambos os países buscavam obter para si a maior parte do Chaco possível e, conseqüentemente, suas regiões petrolíferas. Desta forma, alguns autores abordam acerca da tipologia do conflito que iniciaria:

O jornalista brasileiro Lindolfo Collor, que logo após a Revolução de 1930 fora o Primeiro Ministro do Trabalho do Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), escreveu, naquela época, um artigo para La Prensa, de Buenos Aires, no qual assinalava que a Guerra do Chaco não se ajustava de nenhum modo ao conceito de *bellum*, pois se distinguiu de todas as outras guerras, porque, juridicamente, não teve começo e, militarmente, não teria fim (BANDEIRA 1934, p.170)

Houvera grande esforço internacional para que se impedisse o início das hostilidades, com iniciativa principalmente da Comissão de Neutros, entretanto nota-se ao longo do conflito uma característica fundamental, principalmente na fase diplomática do conflito: A inflexibilidade Paraguaia às exigências e ao término do conflito em si, bem como por parte da Argentina.

Em agosto de 1932, em sessão no Congresso, Daniel Salamanca anunciava a suspensão dos esforços de mediação com o Paraguai e decretava uma mobilização geral da nação em apoio ao conflito que se iniciava, ordenando ainda operações militares em grande escala no Chaco (ELTZ, 2015, p.26)

Com isso, tanto Bolívia como o Paraguai iniciaram seus esforços para colocarem o máximo de militares na região em litígio, no entanto o Paraguai detivera a maior facilidade em desdobrar seus meios graças a enorme distância que os soldados bolivianos necessitavam percorrer para chegarem à frente de batalha, cerca de 800km de trem e mais 1000km em caminhões, deslocamento este que demorava cerca de 30 dias, enquanto que, para os Paraguaiois levava apenas 3 dias, sendo este fator de grande importância em aspectos logísticos, deixando a Bolívia em grande desvantagem (ELTZ, 2015).

Dentro dos fatores que levaram os dois países ao conflito, tem-se que a Bolívia, contrariando as pretensões do Paraguai, decidira fornecer a liberação para que a companhia

petrolífera norte américa *Standard Oil* explorasse a região. Como consequência do aumento das tensões geopolíticas com a Bolívia, o Paraguai enviou à capital Argentina Buenos Aires o seu Ministro da Fazenda Manuel Benítez para que o mesmo verificasse o “*grau de amistad*” entre os dois países, de onde pode-se deduzir a manutenção da boa relação entre os dois países. Ademais, houve um agravamento significativo do conflito quando uma patrulha boliviana matou o tenente paraguaio Adolfo Rojas Silva próximo ao forte guarani *Sorpresa* (DORATIOTO, 2000).

Além dos fatores citados, nota-se que o conflito se deu por meio de uma significativa influência externa de países como o Brasil e a Argentina. Dito isto, a Legação brasileira no Paraguai informou ao Itamaraty que o Paraguai comprava armamento no Velho Mundo sendo assessorado pela Missão Militar Argentina na Europa. O que demonstra novamente a intenção Argentina acerca do conflito (DORATIOTO, 2000).

Após realizado uma breve explanação sobre os motivos que levaram ao conflito entre Bolívia e Paraguai, será realizada uma análise acerca das pretensões brasileiras e argentinas a respeito do conflito entre esses dois países de menor vulto no continente, bem como o estado dos modais ferroviários de ambos os países para que se possa avaliar quais consequências a Guerra do Chaco trouxe principalmente para o Brasil e para a Argentina no que diz respeito ao crescimento econômico influenciado principalmente por um possível aumento em suas condições de transporte e comércio com a Bolívia.

2.2 MODAIS DE TRANSPORTE BRASILEIROS E ARGENTINOS

Para se analisar o pensamento geopolítico brasileiro acerca do conflito, faz-se necessário entender prioritariamente a importância da região litigiosa para o Brasil e para a Argentina. Para isso, faz-se necessário entender os projetos brasileiros firmados até o início e término do conflito, visando estabelecer se houve um acréscimo na construção e manutenção dos modais ferroviário, hidroviários e rodoviários na região para tanto a obra de Travassos (1938) é de grande valia, pois descreve com riqueza de detalhes as dificuldades que o Brasil enfrentava à época, principalmente problemas relativos à integração com a região do Chaco quando se comparado à Argentina que possuía um modal ferroviário mais evoluído na região, para isso será feita uma breve análise acerca do estado ferroviário platino e brasileiro. “No contexto da disputa de poder do continente sul-americano, a obra de Travassos identifica uma

Argentina melhor estruturada economicamente e que possui outras vantagens em relação ao Brasil, como a bem organizada rede de transportes” (BRASIL,1935 p.11).

Para a Argentina e para o Brasil o conflito ainda que trágico do ponto de vista humano, foi utilizado para favorecer seus próprios interesses. Ambos os países buscavam favorecer suas economias por meio da implementação das vias férreas ligando o Oeste do continente ao Atlântico, no caso do Brasil e ligando o continente de forma vertical favorecendo o escoamento pelo Atlântico, no caso da Argentina, ligações estas que já haviam sido concluídas de modo mais eficaz até o início do conflito, como pode ser observado no caso da construção da linha de Buenos Aires até Santiago do Chile (qual ligava à Argentina no sentido Leste-Oeste) e a ligação de Buenos Aires a La Paz e o porto de Arica (SEVERO, 2012).

Dito isto, a respeito da situação Platina e a suas ligações fluviais com o *Heartland*, Travassos (1938) cita que:

Primeiro, está a má posição da foz do Prata, que, por simples questão de latitude, se torna secundária, notadamente quanto aos portos de Santos e São Francisco [...]os países mediterraneos (Paraguai e Bolívia) gostariam de dispor de novos caminhos para o Atlântico. (TRAVASSOS 1938, P.101)

Visto isto, tem-se que o Brasil e Argentina disputam a hegemonia regional com base nos antagonismos propostos por Travassos, principalmente a oposição Prata versus Amazonas e, de forma mais ampla, Atlântico versus Pacífico. Desta forma cabe fazer uma breve análise acerca deste aspecto para se chegar a uma conclusão de qual país teria maior capacidade de intervir na Guerra, já que, na época e ainda nos dias de hoje as questões fluviais são de suma importância tanto estrategicamente como economicamente.

No capítulo “Projeção ferroviária Argentina”, Travassos destaca aspectos relevantes acerca dos modais platinos:

O esquema que materializa o esforço ferroviário platino dá, por si mesmo, ideia do vulto econômico e político do sistema de comunicações do Prata. Não só deixa sentir, em toda sua expressão, o caráter concêntrico do sistema, como indica, desde logo, o grau de sua repercussão sobre as redes circunvizinhas. (TRAVASSOS 1938, P.15)

A capital argentina Buenos Aires, encontra-se ligada por estrada de ferro, à capital de três países limítrofes, com Assunción, Santiago e La Paz, sendo esta última ligação de maior importância estratégica no âmbito do conflito chaquenho e na política argentina de expansão ferroviária. Além deste fator, fica evidenciado uma boa navegabilidade de seus rios e uma

constante evolução no desenvolvimento dos serviços portuários e em suas condições técnicas o que mostra uma constante preocupação deste País em manter-se integrado às demais.

Figura 3: Sistema Ferroviário Andino



Fonte: Projeção Continental do Brasil: 1938, p.17

Além disso o sistema de transportes andinos é tão bem estruturado que consegue influenciar países vizinhos e interferir em suas próprias economias a nível continental. Travassos (1938, p.22) conclui que “[...] Grimpa para o planalto boliviano e coleta os trilhos que saltam pelos cólos andinos num esforços neutralizante de boa parte dos aspectos -daqueles antagonismos, mas em proveito do Prata”. Este fator é de suma importância para poder se estabelecer um paralelo entre os países que participam do teatro do conflito já que, à época tanto tropas quanto suprimentos e bens de consumo eram transportados (e ainda são) por meio ferroviário ou por rios navegáveis pois são os mais econômicos, veremos à frente que o Brasil desenvolveu desde cedo às suas rodovias em detrimento do investimento no modal ferroviário, visando uma integração com o oeste brasileiro, favorecendo o escoamento de produtos agrícolas principalmente para a vertente do Atlântico.

Travassos (1938, p.112) diz que, dadas as dimensões continentais brasileiras, faz-se necessário uma hibridização dos modais de transporte, mesclando os modais ferroviário e hidroviário, além do aéreo, utilizando de tudo que o Brasil possuiria à época para se estabelecer uma influência na região tanto econômica quanto política diminuindo a influência andina na região da Bolívia, que via apenas duas opções para sua saída ao para o Atlântico: Pela Bacia do Amazonas influenciada pelo Brasil, ou pela Bacia do Prata, influenciada pela Argentina, nota-se também que dadas às proporções do território, houvera um grande déficit da integração destes sistemas como pode-se observar no caso da ferrovia, Madeira-Mamoré que ligava Porto Velho à Guajará- Mirim.

Além do exposto, nota-se que na primeira metade do século XX as ferrovias se concentravam na região sudeste do Brasil, fazendo com que os supracitados déficits de integração ocorressem para o que ocasionaria na diminuição da atração da Argentina sobre o *Heartland*, mais precisamente Cochabamba.

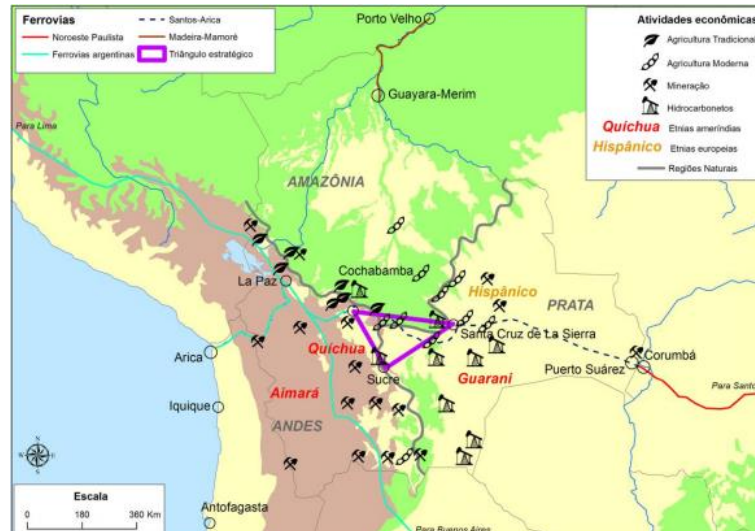
Se trata apenas de deslocar o centro de atração da região de Cochabamba para Santa Cruz, inclusive, porque a atração exercida por Cochabamba é por assim dizer artificial, produto das facilidades de comunicações de que tem desfrutado, ao passo que Santa Cruz representa realmente o verdadeiro centro de gravidade da economia do planalto (TRAVASSOS,1938, p.28)

Regiani (2017) em seu trabalho **Revolución en el Heartland: Geopolítica del Gobierno Evo Morales**, ao citar Travassos (1938) afirma que a o Brasil deveria estender a estrada de ferro Madeira-Mamoré de Guajará Mirim até Santa Cruz. Além disso, o mesmo defende a extensão da Ferrovia do Noroeste paulista até Corumbá, na fronteira com a Bolívia, e posteriormente até Santa Cruz, para dar acesso ao altiplano boliviano ao porto de Santos, que levava vantagem sobre Buenos Aires por estar localizado mais ao norte e próximo dos feixes de circulação principal do Atlântico. Isso reflete-se diretamente no conflito, ao passo que dá a Argentina melhores condições de intervir no combate, já que o Brasil não possuía ainda meio ferroviário que o fizesse de forma eficiente.

Observa-se que, no entanto, tal construção não fora concluída até os inícios dos anos 30, mostrando o relativo atraso do Brasil em relação à sua inimiga na busca pela hegemonia regional, a Argentina:

[...] até o início dos anos 30, o Brasil não concretizara a ligação Corumbá – Santa Cruz de la Sierra, propiciando à Bolívia efetiva saída para o Atlântico e libertando-a da dependência em relação ao Rio da Prata e ao porto de Buenos Aires, conforme o espírito do Tratado de Petrópolis, de 1903 (BANDEIRA, 1934, pb.169)

Figura 4: Extensão das ferrovias até Santa Cruz



Fonte: Regiani, Rafael (2017), p.4

Além disto, observando-se o esquema feito pelo autor, nota-se que a região de Santa Cruz de la Sierra – Sucre – Cochabamba era influenciada primariamente pelas linhas ferroviárias andinas enquanto que as ferrovias brasileiras não atingiam, ainda, a região. A ferrovia Madeira-Mamoré ainda não se conectara a Cochabamba e a ferrovia Santos – Corumbá ainda não se ligara ao triângulo.

Paralelamente a questão ferroviária, tem-se que nos anos da década de 1930, o transporte também era feito em grande parte, por meio fluvial. Desta forma nota-se que o Brasil, de acordo com Travassos (1938) não detinha grandes vantagens em relação à Argentina naquela região. A respeito do fator fluvial como parte do sistema de comunicações andinos o autor diz que:

De um lado, as vias navegáveis nada perderam. Não há competição, mas cooperação. Além disso, o serviço portuário e as condições técnicas da navegabilidade fluvial cada dia se desenvolvem mais e o Estado argentino mantém a dragagem permanente dos rios navegáveis. De outro, está o jogo dos transportes, quer por esses dois meios de comunicação, quer pelas transversais, que permitem "rocar" os transportes de um feixe de comunicações sobre outro, o que se pode facilmente apreciar numa carta ferroviária argentina. (TRAVASSOS 1938, p.18)

Em resumo, na vertente atlântica imensa superfície de contato com os mais possantes centros da civilização mundial, vias que penetração naturais estendendo-se do oceano às próprias fraldas andinas, mentalidade agrícola, tendências dinâmicas; na vertente pacífica, isolamento marítimo relativo, produção e comunicações que aconchegam características montanhosas, mentalidade mineira, tendências estáticas. (TRAVASSOS, 1938, p.34)

Dito isto, pode-se sintetizar que para a Bolívia seria mais vantajoso uma saída para o Atlântico. Dentro deste aspecto, fica evidenciado a melhor oportunidade para o escoamento dos produtos bolivianos pela vertente atlântica, em detrimento do Pacífico, favorecendo-se o Brasil no aspecto hidrográfico. Entretanto, ao se analisar o resultado de todos os vetores de transporte, tem-se que a Argentina, à época, estava melhor estruturada e em condições mais favoráveis para influenciar o conflito de acordo com os seus interesses políticos e econômicos.

2.3 AÇÕES MILITARES, POLÍTICAS E DIPLOMÁTICAS

É importante salientar que a análise das ações político-diplomáticas tanto do Brasil como da Argentina não seguirão, em todo momento, uma ordem exatamente cronológica, dito isto; De acordo com Candéas (2010), com a subida do General Agustín Justo (1932- 1938) que chega ao poder por meio de uma eleição “fraudulenta”, a relação entre Brasil e Argentina à época da Guerra do Chaco se transforma em uma busca de cooperação, com “momentos de rivalidade” como podemos observar na obra **A integração Brasil-Argentina. História de uma ideia na “visão do outro”** do autor Alessandro Candéas, na qual o autor realiza um estudo das relações bilaterais entre Brasil e Argentina, apontando como se deram as relações de acordo com o período de tempo.

De acordo com a mesma obra, ambos países buscavam estabelecer acordos bilaterais com visitas de representantes políticos em seus territórios, realizando uma aproximação, como observado na visita realizada pelo presidente Justo ao Rio de Janeiro em 1933, na qual é assinado o Tratado Antibélico de Não Agressão e de Conciliação ¹

¹ O tratado Anti-Bélico de não-agressão e Conciliação foi proposto por Carlos Saavedra Lamas, Ministro das Relações Exteriores da Argentina que presidiu a Conferência de Paz Del Chaco, obtendo adesão do México, do Paraguai e do Uruguai e com ressalvas do Chile. Este acordo foi de suma importância para o governo de Vargas pelo fato de ter ocorrido no Rio de Janeiro, no ano de 1933. No ano de 1936, o chanceler argentino foi agraciado com o Prêmio Nobel da Paz. Ver em: DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva. *As da Argentina e do*

Essa relação de aproximação era, na realidade, controversia já que ao mesmo tempo em que os países buscavam relativa aproximação, havia manipulação do teatro de operações de uma forma indireta, principalmente por parte da Argentina, que dispunha de grande influência no Paraguai e que, até determinado momento realizara este apoio de modo ostensivo.

A presença argentina no Paraguai era esmagadora [...] Quanto a este aspecto, Buenos Aires era a única saída para o comércio exterior do Paraguai, pois o país não tinha ligação terrestre com o Brasil, e, ainda, havia grandes capitais argentinos investidos na economia guarani. (DORATIOTO, 2000, p.4).

Em relação ao pensamento do poder Executivo no Brasil a respeito da escalada dos conflitos observa-se grande preocupação do presidente Getúlio Vargas sobre a questão Argentina:

No final de 1934, a questão do Chaco, a complicar-se cada vez mais, tomou “rumo obscuro”, segundo a expressão do Presidente Getúlio Vargas, que começou a inquietar-se. A Argentina sequer disfarçava seu apoio ao Paraguai, a provê-lo com todos os recursos, e acumulava tropas na fronteira com a Bolívia, em cujo território já ocupara alguns fortins e, conforme seu Ministro da Guerra, General Manuel Rodriguez defendia, seu propósito talvez fosse anexá-la, como parte desgarrada do Vice-Reino do Rio da Prata. (BANDEIRA, 1934, p.186).

Isso fica claro ao observar como estava estruturado o modal de transportes paraguaio que era basicamente dominado pelos capitais argentinos:

A Ferrocarril Central – era controlada por capitais argentinos, unindo essa capital à fronteira argentina, a leste, em Encarnación. O Paraguai, escreveu o representante brasileiro em Assunção, “é uma província argentina” pois estava “atado política, financeira e economicamente” a seu vizinho do sul (DORATIOTO, 2000, p.4)

Em relação à política externa, a Argentina buscou, além da aproximação com o Brasil, se aproximar de países europeus que de acordo com Doratioto (2000, p.6) “aprofundou a dependência de seu país em relação à Grã-Bretanha, com a assinatura do chamado Pacto Roca-Runciman, em 1933, e robusteceu a tendência europeísta de sua política externa, ao ingressar

Brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo chaco (1926-1938) 2000. Disponível em: https://www.academia.edu/29237560/AS_POL%C3%8DTICAS_DA_ARGENTINA_E_DO_BRASIL_EM_RELA%C3%87%C3%83O_%C3%80_DISPUTA_BOLIVIANO-PARAGUAIA_PEL_O_CHACO_1926-1938. Acesso em: 10 maio 2020.

a Argentina na Sociedade das Nações nesse mesmo ano”. Este fator, ainda de acordo com o autor, viera a afastar os interesses diplomáticos dos EUA na região o que gerou certo atrito.

Verifica-se também, que a Argentina tanto buscava quanto detinha o sentimento de liderança das repúblicas latino-americanas, o que contrariava Washington que via na resolução do conflito uma maneira de se afirmar no continente e mais importante, contrariava o Brasil que também buscava a hegemonia no continente (DORATIOTO, 2000)

Pode-se inferir que, com a subida de Getúlio Vargas ao poder, os novos “donos do poder” não detinham um plano que abordasse o tema acerca de política exterior além de poucas “mudanças” nas ações do Itamaraty. Nesse sentido, Doratioto (2000) afirma que:

Essa indefinição de rumos repercutiu no Prata, frustrando a construção de ferrovia ligando o Paraguai ao Brasil, até o porto de Santos, consequência prevista da política de reaproximação implementada pelas Chancelarias dos dois países durante a década de 1920.²⁴ Também não houve resultado concreto do Tratado de Limites e Comunicações Ferroviárias, de 1928, assinado pelos Governos brasileiro e boliviano, para a construção de uma ferrovia ligando Santa Cruz de la Sierra. (BANDEIRA 1987 apud DORATIOTO 2000, p.7)

O início do conflito em 1932 coincidia com o início da revolução paulista, fazendo com que o governo se preocupasse com um conflito interno além de um outro nas vizinhanças:

O início das hostilidades no Chaco, com o ataque boliviano ao fortim Carlos Antonio López, em 15 de junho de 1932, praticamente coincidiram com a guerra civil brasileira de 1932, travada entre julho e setembro desse ano, quando o poderoso estado de São Paulo, coadjuvado por Mato Grosso, enfrentou o poder central. Durante a guerra civil brasileira, o Governo Getúlio Vargas dependeu da boa vontade dos Governos vizinhos para evitar que os rebeldes recebessem armamento do exterior (DORATIOTO, 2000, p.7)

Os dois países Bolívia e Paraguai diminuíram a efetividade das medidas impostas pelos outros 19 países, dos quais Brasil e Argentina faziam parte, da conferência de Washington, principalmente o Paraguai que acreditava que este relativo tempo de trégua de 1 mês seria o tempo necessário para que a Bolívia organizasse e ampliasse a sua frente no combate, avançando sobre território Paraguaio, o deixando em relativa desvantagem. A Bolívia, diferentemente do Paraguai, aceitou o período de trégua que seria de 2 meses, entretanto, efetivando apenas 1 mês. (DORATIOTO, 2000)

A consecução das manobras militares propriamente ditas não se caracteriza como ponto importante para a análise das ações político-econômicas e diplomáticas brasileiras e argentinas propriamente ditas, ações estas das quais a pesquisa trata, entretanto, cabe salientar que o conflito se deu com a tomada do forte boliviano Vanguardia:

Fuerzas regulares del Paraguay, en número de 300, atacaron sorpresivamente el fortín boliviano Vanguardia, compuesto de una guarnición diminuta de 25 hombres. Hay numerosas bajas y oficiales y soldados prisioneros (QUEREJAZU, 1998, p. 10 apud ELTZ, 2015, p.43)

No campo militar, o alto escalão do Exército Brasileiro observou o conflito e a sua escalada de uma forma mais afastada, confeccionadas uma série de documentos abordando a necessidade do preparo para possíveis invasões argentinas no eixo Oeste-Leste brasileiro, além da fronteira Sul, destacando-se ações de caráter preventivo no amplo espectro dos conflitos:

De Porto Aguirre, na margem esquerda do rio Iguassú, podem ser lançadas tropas de Infantaria, atravessando-o acima das quedas (Santa Maria) com água pelos joelhos, de sorte a incidirem na estrada de Foz do Iguassú para Ponta Grossa, via Guarapuava. Esta operação pode ser praticada sem ser pressentida pela Cia destacada nessa fronteira a qual, nessas circunstancias, estará com a sua retirada cortada. (BRASIL, 1934, p.8).

Além disto, militares brasileiros como o próprio Mario Travassos, advertiam que a movimentação das tropas Paraguias poderia acelerar o processo de influência econômica Argentina na área, ao retirar o controle da região estratégica de Santa Cruz de la Sierra da esfera amazônica. Ademais, este processo era otimizado pelo separatismo cruzenho, que era influenciado pelas motivações platinas (BRASIL, 1934).

Dentro deste aspecto, nota-se que os militares brasileiros destinavam grande parte de sua preocupação em relação ao conflito à possível perda dos interesses brasileiros aos argentinos. O medo dos mesmos era que o Brasil perdesse a supremacia conquistada durante a Guerra do Paraguai, ainda no período do Império. Somando-se a este fator, a tensão de uma possível guerra entre o Brasil e a Argentina, mesmo com as visitas diplomáticas dos presidentes de ambos países, era crescente (BRASIL, 1934).

Nota-se que do ponto de vista militar-estratégico, o pensamento acerca do conflito se dava também em duas frentes distintas: Uma mais conservadora e que ocasionaria em benefícios tanto para a Argentina quanto para o Brasil que seria a saída dos produtos

bolivianos pelo rio Paraguai e depois ao Atlântico, diminuindo a sua fronteira com a Argentina; A outra frente se dava em um pensamento mais sofisticado abarcando o conhecimento geopolítico de militares como Mario Travassos que via na projeção ferroviária brasileira em direção ao Oeste, a maior arma que o Brasil teria para retirar a Bolívia do domínio vertical platino e em fim obter o fluxo do altiplano boliviano rumo ao Atlântico por meio da ligação Santa Cruz – Corumbá. Pode-se inferir que a segunda frente seria a mais positiva para o Brasil no que diz respeito a projeção do poder brasileiro. (BRASIL,1934)

A Argentina tinha como pretensão utilizar o Paraguai para aumentar sua esfera de influência. De acordo com Brasil (1934, p.11): “Por aí se vê como o governo apoia e oficializa as tendências da opinião pública em considerar o território do Paraguai como prolongamento dos domínios argentinos”.

Ao Brasil, as opções diplomáticas alinhavam-se no sentido de, por um lado manter em harmonia as relações exteriores com a Argentina e, por outro lado, preparar-se militarmente para um possível conflito com a mesma. Nesta segunda alternativa, cabe salientar que o preparo seria proporcionado, em parte, pelo fornecimento de meios bélicos dos Estados Unidos da América às nossas forças (DORATIOTO, 2010).

Tal perspectiva pode ser evidenciada pela presença de empresas que se estabelecem na região fronteira com o atual estado do Mato Grosso do Sul, o que comprometeria a soberania brasileira nesta região fronteira.

A Companhia do Mate Laranjeira [...] emprega em seus serviços grande número de paraguaios os quais buscam alistar para ingressar nas fileiras do exército Paraguai, constituindo assim um caso atentatório aos princípios de neutralidade brasileira muito prejudiciais às relações com os nossos vizinhos” (BRASIL 1934, p.15)

Ainda sobre as consequências de uma provável invasão do território brasileiro, temia-se que:

Além disso tal operação poderá causar graves transtornos ao abastecimento de São Paulo pelo isolamento em que ficarão os grandes frigoríficos de Barretos e outros latifúndios do noreste desse estado (inclusive usinas de álcool de Igarapava) nas pontas de suas estradas de ferro e perigosas perturbações ou mesmo completa interrupção das comunicações com Goiás pela estrada de ferro Mogiana (BRASIL, 1934, p. 10).

Analisada tal concepção de manobra a ser executada pelos argentinos em solo brasileiro, pode-se inferir que a Argentina não obteria um sucesso relevante. No entanto, caso fosse efetuada uma operação bem articulada, combinando diversos meios, poderia resultar um grande impacto para o Brasil. Além disso, no caso de um confronto com a Argentina, tem-se que se fazia necessário ao Brasil a criação de um bloco com o Chile, a Bolívia e o Peru para que se fizesse frente ao bloco platino, liderado pela Argentina. Tal fato demonstra a organização de como se daria um conflito de maior grau no caso do Brasil e da Argentina entrarem em conflito (BRASIL, 1934).

No relatório secreto elaborado pelo Estado-Maior do Exército (1935) pode-se observar que:

Após choques localizados, eclodiu a guerra entre a Bolívia e o Paraguai, e os paraguaios, comandados pelo coronel José Félix Estigarribia, venceram o conflito. O tratado de Paz de 1938, assinado por intermédio do Brasil, Argentina, Chile, Peru, Uruguai e Estados Unidos da América, deu ao Paraguai a maior parte do território disputado e à Bolívia uma saída para o rio Paraguai via Puerto Suárez (BRASIL 1935, p 22).

Fator de suma importância para a projeção de poder brasileiro no âmbito da diplomacia no que tange ao conflito foi a criação do bloco “ABCP” formado pela Argentina, Brasil, Chile e Peru. O mesmo surgiu após um atrito entre o Paraguai e a Comissão de Neutros que, de acordo com o Paraguai, entregara metade do Chaco para a Bolívia em uma de suas mediações fazendo com que o mesmo se retirasse das negociações em Washington (DORATIOTO, 2000).

Dentro desse conselho de crise, ficou clara a predominância da Argentina sobre os demais países que tomavam posturas secundárias, as do Brasil e, principalmente, da Argentina. Assim, o modelo de “relações exteriores entre o Brasil e Argentina era transfigurado nas intenções desta em obter no Brasil relativo apoio diplomático aos seus interesses, demonstrado em diversos momentos do conflito. Isso mostra como o Brasil, detinha um considerável grau de poder regional, podendo-se defini-lo como um “coadjuvante” deveras poderoso (DORATIOTO, 2000).

Neste momento, a Argentina buscava obter apoio europeu, em detrimento dos interesses do EUA que buscavam realizar a sua política buscando arbitrar conflitos nos países sul americanos. Este fator ficou claro com o retorno da Argentina à Liga das nações em 1933, exercendo função de influência, caracterizando o seu poderio político diante dos demais países do teatro de operações (CANDEAS, 2010).

Segundo Doratioto (2010) pode-se inferir que a Argentina demonstrara plenamente a sua preocupação com a obtenção das vantagens que lhe cabiam, não buscava como objetivo principal a resolução do conflito, ou até mesmo a vitória do Paraguai em si, mas sim, a derrota da Bolívia.

Mesmo com o retorno da Argentina na Liga das Nações, não houvera um acordo entre as partes que satisfizesse ambos os lados. A oposição diplomática argentina, liderada por Saavedra Lamas sugerira ao Paraguai realizar concessões à Bolívia para se chegar ao cessar fogo, entretanto o Paraguai não aceitara o acordo. (DORATIOTO, 2010).

Sintetizando-se os órgãos que buscavam a resolução do conflito, pode-se perceber claramente a intenção Argentina de obter vantagens na diplomacia, em detrimento do Brasil que ficara na “expectativa do desenrolar dos acontecimentos”, mesmo com a declaração de neutralidade de ambos os países quando declarada a Guerra:

A partir de então, o Chanceler argentino passou a defender a Liga das Nações, da qual a Bolívia e o Paraguai eram Estados membros, como fórum para se buscar resolver as divergências entre os dois países. Em 26 de setembro a Liga criou um comitê especial para a análise da questão do Chaco que era objeto, portanto, de três instâncias negociadoras sem coordenação entre si: o enfraquecido Comitê de Neutros de Washington, boicotado por Saavedra Lamas; o ABCP e a própria Liga das Nações. (DORATIOTO, 2010, p.11)

Momento de grande importância para a diplomacia nacional foi a iniciativa de arbitragem do chanceler brasileiro Afrânio de Mello Franco, entretanto, aos olhares dos militares brasileiros à época como o General Waldomiro Castilho de Lima, tal importância não correspondia com as pretensões militares brasileiras:

[...] A nossa diplomacia atualmente parece claudicar lamentavelmente no que diz respeito à defesa dos nossos palpitantes interesses políticos no Prata e no Atlântico, onde a Argentina vem orientando as questões ao sabor dos interesses econômicos e estratégicos da Casa Rosada. (BRASIL, 1934, p.665)

A respeito da proposta de Mello Franco, tem-se que:

Pela proposta preliminar de paz, haveria arbitragem sobre o Chaco, excluindo a área entre os rios Verde e Pilcomaio, reconhecida como de soberania paraguaia. O Governo paraguaio recusou a proposta, argumentando que ela não reconhecia os direitos paraguaios enquanto aceitava as pretensões bolivianas. (DORATIOTO, 2010, p.15)

Tal arbitragem no entanto não rendeu grandes frutos a diplomacia brasileira já que o Paraguai se recusara a delimitar a área litigiosa e, ao mesmo tempo ceder território aos bolivianos: “Essas relações foram sendo envenenadas na medida em que as Chancelarias brasileira e argentina adotaram pontos de vista diferentes quanto à guerra, se rivalizaram quanto à sua solução e ficava evidente o apoio militar da Argentina ao Paraguai.” (DORATIOTO, 2010, p.14).

Neste contexto, começara a “busca pela paz” que, de início, não contou com o apoio brasileiro, se via que desprestigiado devido ao fato de não ter sido convocado para as negociações sobre os aspectos econômicos do fim da guerra, diferentemente do que ocorrera com o Peru, Chile e EUA, que viram como vantagem o retorno às negociações para as respectivas políticas diplomáticas. (DORATIOTO, 2010).

A boa relação entre Getúlio Vargas e Justo conduziu de forma célebre a condução para o acordo de paz, o qual foi protocolado em 12 de junho, por meio da mediação da chancelaria brasileira, entretanto com a iniciativa direta da Argentina. O protocolo decretara a desmobilização dos exércitos e o fim das hostilidades entre os beligerantes. Tal não contentou, em parte, os países envolvidos diretamente no conflito, uma vez que a Bolívia teria que ceder o espaço o qual reivindicara desde o início da guerra. (DORATIOTO, 2010).

O fracasso na diplomacia do conflito se deu basicamente a fatores relacionados ao questionamento, por parte da chancelaria Boliviana à neutralidade da Argentina em relação ao Paraguai. Acerca deste fracasso, tem-se que:

habían fracasado todas las negociaciones pacíficas”. Incluso se afirmaba que las proposiciones de paz de los países neutrales (entre ellos, el gobierno argentino) se vieron frustradas ya que “han sido formas de intervención que no han nacido de la solidaridad humana, sino que se han inspirado en los intereses que cada país representa. (PARRÓN, 2015, p. 10).

O conflito caminhou para o seu fim a partir do planejamento de uma contraofensiva boliviana, no entanto, “não se concretiza devido à intensificação do processo de paz liderado pela Comissão de Neutros. Às 12 horas do dia 14 de junho de 1935, são suspendidas as hostilidades no Chaco, pondo fim ao conflito que durara três longos anos” (ELTZ, 2015, p.50).

2.4 CONSEQUÊNCIAS GEOPOLÍTICAS DA GUERRA PARA O BRASIL

Acerca dos reflexos que a Guerra paraguaio-boliviana ocasionou para os países da América do Sul e para os países que, de algum modo tiveram gerências indiretas sobre o conflito, tem-se que:

Nem o Paraguai conseguiu capturar a zona do petróleo, no rio Parapeti e adjacências, nem a Bolívia pôde expandir seu território até às margens do rio Paraguai, onde obteve apenas um porto franco e o livre trânsito para suas mercadorias. Assim, os grandes vencedores, na guerra entre o Paraguai e a Bolívia, foram o Brasil e a Argentina. Ao firmarem os tratados de vinculação ferroviária, Santa Cruz de la Sierra-Corumbá e Santa Cruz de la Sierra-Yacuiba, estes dois países receberam enormes concessões para explorar um petróleo, que, conforme se comprovou, jamais em grande quantidade comercial apareceu. (BANDEIRA, 1934, p. 189).

Do conglomerado de ações militares e políticas do conflito pode-se fazer uma consideração: Percebe-se que a década de 1930 fora de intenso crescimento para o Brasil no que tange ao seu poder geopolítico, podendo este ser importante ator mediador entre os beligerantes, fortalecendo as relações bilaterais com os países sul americanos, entretanto, a maioria dos saldos positivos da guerra veio a partir da segunda metade do século XX.

O Brasil, mesmo estando à margem do conflito, não se furtou de suas incumbências diplomáticas. Isso pode ser observado principalmente no período das discussões políticas acerca do assunto as quais participara como figura secundária resultando em certo “prestígio” no continente e também no mundo. Entretanto, após o conflito e sua fase diplomática, pode-se observar o saldo positivo para o Brasil, destacando-se o incremento nas ações bilaterais com a Bolívia, a qual sofria grande influência “centrípeta” da bacia Platina:

A opinião pública no Paraguai, pelos motivos já expostos, tornou-se avessa à Argentina, apesar de grande parte do desempenho militar paraguaio no Chaco dever-se ao armamento, munições, recursos financeiros e informações fornecidos por esse país. Lideranças militares e civis paraguaias desejavam pôr fim à condição de virtual prisioneiro geopolítico do vizinho argentino. Para romper essa situação, já no final da década de 1930 o Paraguai voltou-se para o Brasil, estreitando-se, crescentemente, as relações bilaterais (DORATIOTO, 2010, p.23).

O conflito concorreu para que houvesse uma expansão dos limites da área do triângulo proposto por Travassos (1938) Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra, o mesmo passara

a ter uma nova denominação mais abrangente, abarcando regiões limítrofes e expandindo suas dominâncias. Como é possível perceber no trecho:

Em 1981, o general brasileiro Golbery do Couto e Silva apresentou a ideia de que na configuração geopolítica da América do Sul existiam cinco áreas continentais. No caso de nosso estudo, o mais pertinente é fazer referência à “Área Geopolítica Continental de Soldadura”, integrada pelo Paraguai, a Bolívia e os estados brasileiros de Mato Grosso e Rondônia” (FREITAS, 2004, p.49-50 apud SEVERO 2010, p. 147).

Ainda sobre a expansão do triângulo estratégico, pode-se inferir que a projeção de poder brasileiro obtivera seu ápice no conflito supracitado:

A influência dos discursos geopolíticos brasileiro e argentino, principalmente no que concerne o conceito de triângulo estratégico boliviano, sobre suas políticas territoriais, acabou ao longo dessa disputa materializando em solo boliviano um triângulo. Não aquele representado por Travassos, uma vez que Sucre deixou de ser a capital política do país e tem perdido cada vez mais sua importância econômica. Ademais, a expansão econômica de Tarija, após a descoberta das importantes reservas de gás e petróleo, a colocou como um dos quatro principais centros urbanos (PFRIMER, 2009 apud SEVERO 2010 p.13).

O referido autor ainda refere-se ao crescimento pelo qual o Santa Cruz de la Sierra passara, transformando-se rapidamente de uma “pequena vila jesuítica” em um importante centro de articulação continental e “motor econômico da Bolívia”. Além disso o autor aborda um pouco sobre como a situação conflitiva mesmo com todas as desvantagens político-econômicas e sociais proporcionara um crescimento na região estudada e na sua integração tanto para Leste como para o Oeste.

Anteriormente, foi citado como a carência de sistemas de integração com a região de litígio (seja por estradas, ou ferrovias) não proporcionou boas condições para que o Brasil intervisse no combate. Dito isto, observa-se nitidamente a melhoria nos sistemas viários tanto como processo natural, quanto proporcionado pelo conflito em sí, aumentando a capacidade do Brasil intervir em casos de necessidades futuras. “Existem boas rodovias que conectam Santa Cruz com Cochabamba, La Paz e os portos do Peru (Matarani e Ilo) e do Chile (Arica e Antofagasta). Igualmente, há oferta para o leste até Corumbá e os portos do Rio Paraguai [...]” (SEVERO,2010, p.154).

Além disto, pode-se perceber que a fase diplomática intensificou as relações bilateral e multilateral dos países sul americanos. Tal aumento é de suma importância para se obter

projeção de poder econômico e político hegemônico no âmbito internacional. Dentro deste aspecto, ficara nítido para as nações sul-americanas a necessidade de se criar um bloco econômico forte e com acordos comerciais e econômicos que os favorecessem. Dito isto, pode-se dizer que a futura criação de planos de integração continental como a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA) e o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) foram motivados também pelo conflito do Chaco.

A respeito da IIRSA tem-se que:

Criada em 1990, sob a orientação do ‘Regionalismo Aberto’ da CEPAL e do ‘Novo Regionalismo’ do BID. A iniciativa funcionaria como a espinha dorsal da proposta estadunidense de anexação continental, a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A proposta da IIRSA, que continuou existindo apesar do enterro da ALCA em Mar del Plata, em 2005, se concentrou no fortalecimento de corredores de exportação (SEVERO 2010, p.154-155).

Tal iniciativa pode ser concebida como a realização de uma ideia de antigos pensadores brasileiros como Maria Travassos (1938), que observara o incremento da influência dos Estados Unidos em solo sul-americano. Pode-se inferir que o conflito em si proporcionara as condições para que os países dessa região diminuíssem essa influência criando um novo Polo econômico com riquezas naturais em um nível elevado e com vias de exportação bem estruturadas.

Além disso Travassos (1938) cita que as atrações de maior influência na Bolívia eram a Norte e a Leste, ambas visando atingir o atlântico e passando por território brasileiro em detrimento da via Platina. Tais atrações que ele se refere como Prata versus Amazonas foram potencializadas com a melhoria e construção de estradas e ferrovias tanto para o Atlântico quanto para o Pacífico.

Entretanto, a curto prazo, os acordos bilaterais com a Bolívia não foram concluídos. Se por um lado houve um aumento das relações do Brasil com o Paraguai, pelo outro a Bolívia incrementou as relações com a Argentina por volta do fim da década de 1930, sendo este um relevante fato a ser considerado, já que Brasil e Argentina buscavam a hegemonia regional. (DORATIOTO, 2010).

A não conclusão da ferrovia Guajará-Mirim à Santa Cruz de la Sierra até o momento, fez com que o “corredor logístico” utilizasse a Ligação Corumbá-Santa Cruz como fator de primeira importância na exportação de seus produtos.

Percebe-se que pela não participação do Brasil no conflito diretamente, as consequências do conflito para o governo brasileiro e para os militares se deu em maior grau do ponto de vista da percepção que os mesmos tinham do conflito, ou seja, mudando o seu pensamento sobre as questões geopolíticas regionais e em relação as fronteiras brasileiras, em detrimento das questões externas.

Esta alteração no modo de pensar dos brasileiros acerca dos seus países vizinhos resultou em avanços para o Brasil, principalmente no que tange ao material bélico e as indústrias de base brasileiras. “O reaparelhamento naval parecia a líderes brasileiros uma necessidade de primeira urgência [...] a guerra do Chaco ameaçava alastrar-se pelo Cone Sul por causa das maquinações da Argentina [...]” (HILTON, 1994, p.228 apud MROS 2011, p.20) Este trecho aborda sobre a fase bélica do conflito, entretanto demonstra com clareza a preocupação motivadora para o desenvolvimento.

O conflito do Chaco e, em menor grau, a questão de Letícia são eventos que impulsionaram as lideranças militares do Brasil a buscar o incremento da indústria bélica no país. O oficialato tinha a noção de que ao Brasil não bastava manter-se como fornecedor de matérias-primas; era necessária uma política de incentivo da industrialização que deveria contar com uma indústria de base bastante forte. (MROS 2011, p. 19).

Visto isto, pode-se deduzir que o conflito gerou no seio do governo brasileiro uma inquietude acerca da capacidade de reação brasileira. Tal preocupação fez com que um plano desenvolvimentista fosse criado, com iniciativa do presidente Getúlio Vargas. Observa-se que para o Brasil seria vantajoso um acordo para se obter uma indústria de base, principalmente a siderúrgica.

Havia divergências entre Oswaldo Aranha e os oficiais do Exército quanto à instalação de indústria de fabricação de armamentos no Brasil. Góes Monteiro defendia a expansão da indústria de armas, e não somente a instalação de usina siderúrgica. Para o general, ao que parece, ambos os projetos andavam juntos. Aranha, no entanto, era irredutível no assunto, como é possível notar carta dele ao general Góes, encaminhada em cópia ao presidente Getúlio Vargas, datada em 8 de outubro de 1935 (MROS 2011, p.19).

Tal plano fora o alicerce para que o Brasil, de fato, voltasse as suas atenções para o seu desenvolvimento no que tange às indústrias de base e material militar-bélico. Além disso o governo de Getúlio Vargas, em seus primeiros anos, buscou empreender uma política de governo com base no nacional-desenvolvimentismo. Tal política tinha como um de seus

métodos a diminuição do fluxo de capital para o exterior, desta forma incentivando os empreendedores e o setor industrial brasileiro, gerando um protecionismo econômico.

Acerca do conflito, Getúlio Vargas recebeu uma série de cartas de seus assessores, dentre eles o General Pantaleão Pessoa, que respondera a carta de Oswaldo Aranha acerca da industrialização do Brasil.

[...] EEUU gastam mais do que todo o orçamento de guerra do Brasil. O Dr. [...] nada, aproveitável para o Exército na indústria civil, no que respeita a armas e munições, temos que dar início e preparar oficiais e operários capazes de fazer uma adaptação ao aproveitamento da indústria particular em tempo de guerra. [...] Com o surto industrial que se desenha e que será imposto pela siderurgia, estará o Exército apto para acompanhar [...] [a] mobilização industrial (PESSOA 1935 apud MROS 2011, p.24).

Ainda sobre este assunto o autor conclui que: “A segurança passou a ser equação no pensamento dos dirigentes brasileiros em vista da situação enfraquecida em que se encontravam as Forças Armadas [...]” (MROS 2011, p.25). A partir deste momento, alguns autores como Hage, ao citar Travassos (1938), abordam que houvera grande preocupação com as questões geopolíticas brasileiras, no que tange a hegemonia regional. Desta forma, o Governo, a partir do final da década de 1930 e início da década de 1940, iniciou seus trabalhos na construção de ligações ferroviárias, hidroviárias e rodovias que retirassem da Bolívia a influência Argentina, aumentando a atração proposta por Travassos em 1938, através da publicação de sua obra.

Cabe salientar que grande parte dos pensadores da época contemporânea à Guerra do Chaco viriam a participar dos governos militares futuros como Golbery do Couto e Silva, ocupando três ministérios no Brasil; Augusto Pinochet Ugarte sendo presidente no Chile e Juan Enrique Guglielmelli (PFIMER; ROSEIRA, 2009 p.7).

A problemática do conflito do Chaco possibilitou ao governo brasileiro verificar suas fragilidades, com base no estudo das obras dos geopolíticos brasileiros. No entanto, somente no governo de Juscelino Kubitschek no final da década de 1950 até 1961, que o Brasil começou a colocar em prática planos desenvolvimentistas (HAGE, 2013).

Dentro deste aspecto, a rivalidade regional entre Brasil e Argentina se desenvolvera de forma significativa. Ambos os países envidaram os seus esforços para alcançar a hegemonia geopolítica no continente. Além das tensões geopolíticas já existentes em relação aos EUA o

qual buscava otimizar sua política externa (HAGE, 2013). Sobre esta política externa norte-americana, tem-se que:

É importante salientar que Travassos via o expansionismo norte-americano como algo dado pela história; não haveria como escapar dele. Nos anos 1950, na luta contra o comunismo, Golbery não percebe os Estados Unidos como imperialistas, mas sim como forte líder, cuja parceria o Brasil não deve se ausentar (COUTO E SILVA 1981 apud HAGE 2013).

Paralelamente às questões externas, a Bolívia iniciara, ao fim do conflito com o Paraguai um processo de aprimoramento da gerência de suas terras. Desta forma, o governo boliviano passou a realizar uma política de povoamento de regiões não ocupadas por não serem lucrativas, a curto prazo, para o governo. Percebe-se ainda a presença da ideologia americana na execução desses processos desenvolvimentistas, instalados principalmente pelo economista americano Marvin Bohan. (PFIMER; ROSEIRA, 2009).

Para os EUA era válido que o Brasil detivesse o monopólio do controle regional, já que o país norte americano o tinha como principal aliado na América do Sul. Desta forma a médio prazo, o Brasil iniciou um processo de articulação dos meios disponíveis para alcançar ao máximo seus objetivos geopolíticos, dentre os quais estaria principalmente atingir o triângulo econômico no centro do continente. (PFIMER; ROSEIRA, 2009).

Nota-se que, ao se sair da esfera do conflito chaquenho, há de se inserir outras incógnitas como o aumento da interdependência complexa², proposta por Keohane e Nye entre os países sul-americanos, fruto principalmente do aumento da multilateralidade. Deste aumento, a médio e longo prazo tem-se a criação de um bloco sul americano e uma maior diferença na relação entre os países. Desde a isenção de taxas de viagens entre os países vizinhos, a até mesmo uma interligação entre as estradas nacionais com as estradas dos países vizinhos, criando uma grande malha econômica com vias de escoamento ainda polarizadas, logicamente entre Pacífico e Atlântico mas ao mesmo tempo interligadas e interdependentes.

²A visão tradicional quanto ao cenário internacional era de que o poder militar dominava as outras formas de poder, ou seja, os Estados com maior poder militar controlavam os assuntos internacionais. Porém, os recursos produtores de capacidades de poder tornaram-se mais complexos. Este poder pode ser definido como uma habilidade de persuasão que um ator tem sobre outro, ou seja, a habilidade de fazer com que os outros façam algo que, em outras circunstâncias, não seria feito – e com custos aceitáveis ao ator. Ver em: A interdependência complexa dentro do MERCOSUL e suas implicações para o Brasil. Disponível em: <https://repositorio.unisc.br/jspui/handle/11624/537>. Acesso em: 15/05/2020

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPO DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa bibliográfica visando discorrer acerca do processo de aumento da dependência entre os países sul-americanos e conseqüentemente, o aumento da interação dos mesmos, particularmente do Brasil, tendo como grande vetor de mudança a Guerra do Chaco.

Foram utilizadas fontes que abordavam o conflito propriamente dito como os da série Ministério da Guerra e Estado Maior do Exército, durante o período de 1932 a 1938, por ser de suma importância para se entender como os brasileiros, principalmente militares no nível político, viam o conflito. O meio de transporte ferroviário foi abordado de maneira mais ampla uma vez que este apresentou melhorias relevantes em relação aos demais modais de transporte.

Utilizou-se prioritariamente a obra **Projeção continental do Brasil** do militar e geopolítico Mario Travassos a qual é de suma importância para se realizar a análise geopolítica do assunto no que diz respeito ao entendimento das necessidades e pretensões do Brasil no que diz respeito à guerra do Chaco.

Quanto à natureza, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo descritiva, por ter por objetivo esclarecer quais fatores contribuíram, de alguma forma, para a iminência do conflito e para a disputa pelo controle do poder regional na América do Sul.

A pesquisa receberá um tratamento de cunho qualitativo, uma vez que será apreciada a memória contida nas fontes, de modo a serem alcançados os objetivos previstos nesta linha de pesquisa. Cabe ressaltar a busca pela contextualização de cada discurso dentro do arquivo a ser pesquisado, atentando-se também para as marcas expressivas para a leitura.

Tratar-se-á de um estudo bibliográfico que, para a sua consecução, terá por método a leitura exploratória e seletiva do material de pesquisa, bem como sua revisão integrativa, contribuindo para o processo de síntese e análise dos resultados de vários estudos, de forma a consubstanciar um corpo de leitura atualizado e compreensível.

O delineamento de pesquisa contemplará as fases de levantamento e seleção da bibliografia; coleta dos dados, crítica dos dados, leitura analítica e lista das fontes, argumentação e discussão dos resultados.

Por se tratar de uma pesquisa com emprego de método histórico, a análise e discussão dos resultados serão efetuados no transcorrer dos capítulos desta pesquisa, de modo a contemplar os objetivos específicos propostos.

4 CONCLUSÃO

A relação de disputa entre Brasil e Argentina pelo controle do poder regional na América do Sul remonta aos tempos do Império. Esta disputa fora concebida, em muitos momentos, com base em dois aspectos principais: A rivalidade entre Brasil e Argentina e a cooperação bilateral entre ambos. Pode-se inferir que, o aspecto da cooperação, se manteve em maior destaque, quando comparada à rivalidade. Ao se observar cronologia desde o império e alcançando os dias atuais, houve significativo aumento da interdependência entre estes dois países, afastando ainda mais a chance do conflito bélico nos dias atuais.

O modo de dominação territorial imposto pelos colonizadores na época das grandes navegações refletiu diretamente nas possibilidades que o Brasil e a Argentina teriam para intervir na Guerra do Chaco, de acordo com os seus interesses, visto que a colonização se deu em maior grau no leste brasileiro, diversos geopolíticos apontados ao longo do trabalho como Travassos (1938) já alertavam acerca da necessidade que o Brasil teria de alcançar o Oeste o mais rápido possível, já que a referida área seria de suma importância para a economia continental, ao passo que a Argentina já estaria alcançando com maior efetividade a região.

Dito isto, com base no que foi apresentado no trabalho, fica evidenciado que nos anos de 1932 a 1938 o país que detivera a maior influência sobre a área proposta como Heartland sul americano fora a Argentina. Isso se deu devido ao seu modelo de transportes, tanto fluviais como ferroviários, articulados e alinhados com a região boliviana. Além disso, a Argentina por meio de sua chancelaria conseguiu ao longo do conflito e em sua fase diplomática, atingir um relevante *status*, por meio de uma mediação contraditória que, ao mesmo tempo que buscava o término do conflito, buscava os seus próprios interesses.

Se por um lado a Argentina teve papel marcante na diplomacia, ao término do conflito não se pode afirmar que a mesma obtivera o saldo de potência hegemônica na região, já que com o término do conflito e o conseqüente crescimento econômico da região e o aumento da integração do altiplano boliviano aos países limítrofes, por meio de rodovias e ferrovias, nota-se que Brasil e Argentina se beneficiaram com o conflito. Entretanto, a Argentina já possuía anteriormente ao conflito um sistema ferroviário considerável na região, desta forma gera-se para o Brasil um saldo positivo maior quando se comparado ambos.

Nas fases bélicas do conflito, englobando o período entre 1932 e 1935, Brasil e Argentina mantiveram-se neutros e, portanto, não interviriam diretamente no combate. Entretanto, a Argentina apoiou indiretamente o Paraguai com material bélico. Além disto o Paraguai era alinhado com as decisões e interesses Argentinos, no entanto, o mesmo veio a pender para a influência brasileira posteriormente, incrementando essa relação bilateral em detrimento da relação com a Argentina. Isto fica evidenciado ao se observar a grande revolta, por parte da opinião pública paraguaia ao comentar a insatisfação com a Argentina. À tal fator também deve-se conferir certo grau de relevância, já que o aumento das relações bilaterais com os países circunvizinhos é de suma importância tanto para o Brasil como para estes países que o cercam, contribuindo para se obter uma elevação na projeção do poder brasileiro enquanto país com características continentais.

Pode-se inferir que a Guerra do Chaco fora um marco para os países da América do Sul, pois representou a mudança no pensamento das potências regionais, tornando obsoleto o modo como se pensavam as questões geopolíticas à época. O conflito entre Bolívia e Paraguai retirou o pensamento meramente imperialista das nações sul-americanas e deu luz a uma nova era de interdependência complexa, não afastando, mas aproximando os países sul americanos. Além disto, o conflito concorreu para que houvesse o desenvolvimento da área em litígio, proporcionando à Bolívia um crescimento econômico na região do triângulo estratégico, principalmente de Santa Cruz de La Sierra.

A partir da segunda metade do século XX, dentro desta nova realidade, o Brasil envidou esforços para atingir a hegemonia regional, principalmente durante os governos militares nos quais houve, de fato, a implementação dos planos propostos pelos geopolíticos brasileiros da época do conflito. Isto fica evidenciado ao se observar a conclusão da ferrovia Santa Cruz de la Sierra – Corumbá no ano de 1955, que aumentou a dependência entre os dois países e fortaleceu esta relação bilateral com a Bolívia, esta crescente das relações entre as nações sul-americanas é de grande importância para a projeção do poder brasileiro e deve ser incentivada ao máximo pelos governantes e pensadores geopolíticos, para que se possa criar um bloco econômico forte o suficiente para fazer frente aos blocos monopolizadores da economia global, já que nos dias atuais se observa a necessidade do aumento das ações econômicas e políticas multilaterais com base na interdependência complexa.

Desta forma a pesquisa se objetivou a responder qual país foi beneficiado em maior grau no que tange aos reflexos do conflito. Desta forma é nítido que no âmbito geopolítico, econômico e militar, o Brasil tenha obtido os maiores saldos positivos, devido à construção

das ferrovias acima citadas além do aumento das boas relações com países que se encontravam há algum tempo com atritos, como o Paraguai. A Argentina obteve grande parte de seus espólios da guerra durante a fase diplomática do conflito e em sua fase bélica teve grande influência em sua consecução e, a curto prazo após a Guerra no período que se estende até a década de 1950, pode-se inferir que houve um decréscimo em seu poder geopolítico quando comparado ao Brasil, principalmente devido à opinião pública paraguaia.

Sendo assim, o trabalho ainda possui oportunidades de melhoria no que tange aos reflexos deste conflito sul- americano no longo prazo no Brasil, já que pode-se observar um acréscimo no poder hegemônico no que diz respeito à resolução de conflitos regionais que são de suma importância para se compreender a história brasileira e desta forma tornar notório a relevância dos estudos das áreas geopolíticas tanto por pesquisadores quanto por acadêmicos e estudantes de uma forma geral, pois estes serão os futuros pensadores e governantes que guiarão o Brasil.

REFERÊNCIAS

Aranha a Góes Monteiro e Pantaleão Pessoa a Getúlio Vargas. Carta. Washington/Rio de Janeiro, 29 mar. 1935 – 30 out. 1935, **CPDOC**, GV c 1935.10.08/1

Atos Internacionais firmados por ocasião da visita ao Brasil do Excelentíssimo Senhor General Agustín P. Justo, Presidente da Nação Argentina, Rio de Janeiro, Tipografia do **Jornal do Comércio, Rodrigues & Cía**, 1933

BANDEIRA, L. A. M. A Guerra do Chaco. **Revista brasileira de política internacional**, v. 41, n. 1, p. 161-200, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-732919980>>. Acesso em: 28 maio 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. **A questão do Chaco Boreal** (Estudo sigiloso). Rio de Janeiro: Inspetoria do 1º Grupo de Regiões Militares, 1934.

BRASIL. (1935). **Synthese das informações colhidas sobre a guerra boliviano-paraguaya, no Chaco Boreal, e seus antecedentes (Relatório Secreto)**. Rio de Janeiro: Imprensa do EME.

CANDEAS, A. **Integração Brasil-Argentina, A: história de uma ideia na "visão do outro"**. Brasília, FUNAG, 2010.

COUTO E SILVA, G. **Conjuntura Política Nacional, O Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

DORATIOTO, F. F. M. **As políticas da argentina e do brasil em relação à disputa boliviano-paraguaia pelo chaco (1926-1938)**. 2000. Disponível em: <https://www.academia.edu/29237560/AS_POL%C3%8DTICAS_DA_ARGENTINA_E_DO_BRASIL_EM_RELA%C3%87%C3%83O_%C3%80_DISPUTA_BOLIVIANO-PARAGUAIA_PELO_CHACO_1926-1938>. Acesso em: 25/05/2020.

ELTZ, A. H. Ocultação indígena na Guerra do Chaco (1932-1935). **Revista Labirinto**, vol. 23, jul-dez, pp. 22-64. Porto Velho: UNIR. Disponível em: <<http://www.periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/1363>>. Acesso em: 28 maio 2020.

FREITAS, J. M. C. **A escola geopolítica brasileira**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004

GUMUCIO, M. B. La viabilidad de Bolivia. In: BAPTISTA GUMUCIO, Mariano; SAAVEDRA WEISE, Agustin. **Antologia Geopolitica de Bolivia**. Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1978, p. 119-151.

HAGE, J. A. A. Mario Travassos e a geopolítica brasileira: Tensões com a Argentina e preocupações com imperialismos. **Revista Geopolítica**, v. 4, n.1 pp 98-114 2016. Disponível em: <<http://revistageopolitica.com.br>>. Acesso em: 28 maio 2020.

HILTON, S. **Oswaldo Aranha: uma biografia**. Rio de Janeiro: Objetiva, 1994.

KLEIN, H. S. **Origenes de la revolución nacional boliviana**. La Paz: Editora G.U.M., 2002.

MACKINDER, H. J. *The Geographical Pivot of History*. **The Geographical Journal**, v.170, n. 4 pp. 298-321 2004. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/3451460?seq=1>>. Acesso em: 28 maio 2020.

MROS, G. R. Relações Internacionais do Brasil no limiar da Era Vargas: Processo decisório e questão siderúrgica. **Revista Curitiba Brasília**, v.2, n.10, p.7-27, jul. 2011. Disponível em:<<http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RIMA/article/view/183/158>>. Acesso em: 09 maio 2020.

MITRE, A. Das cinzas da ideologia: Sistema regional, fronteiras e conflitos interestatais na américa latina. **Plataforma democrática**. Working Paper nº 2, Julio 2010. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/arquivos/das%20cinzas%20da%20ideologia.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2020.

OLIVEIRA, L. K.; GARCÍA, T. S. L. **O conceito de Heartland na geopolítica clássica: funcionalidade e limites para a análise da Região central da América do Sul**. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, outubro 2010.

PARRÓN, M. G. *La diplomacia argentina en el conflicto bélico del Chaco Boreal según el intransigente y nueva época*. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos [En línea], Cuestiones del tiempo presente**. Bocas do Ródano, Marsellha. 2015. Disponível em : <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/67686#quotation>>. Acesso em: 26 maio 2020.

PINOCHET, Augusto. **Geopolítica de Chile**. Buenos Aires: El Cid, 1978

QUEREJAZU, R. C. **Historia de la guerra del Chaco**. La Paz: Librería Editorial Juventud, 1998.

PFIMER, H. P.; ROSEIRA, A. M. **Transformações territoriais na Bolívia: Um novo triângulo estratégico?** Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Matheus_Pfrimer/publication/302874479_Transformacoes_Territoriais_na_Bolivia_um_novo_triangulo_Estrategico/links/57322e2508ae9f741b2355c9/Transformacoes-Territoriais-na-Bolivia-um-novo-triangulo-Estrategico.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

REGIANI, R. *Revolución en el heartland: geopolítica del gobierno Evo Morales*. **Anales del XVI EGAL, La Paz**. 2017. Disponível em: <http://www.academia.edu/download/54825219/Revolucion_en_el_Heartland__GeopoliGeo_p_del_gobierno_Evo_Morales.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

RODRIGUES, B. S. O heartland sul-americano- a importância geopolítica da Bolívia para a América do Sul. **Revista OIKOS**, v. 13, n.1, p. 40-56, 2014.

SEVERO, L. W. **A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul**. Seminário de Pós-Graduação: Associação Brasileira de Relações Internacionais, Brasília, Julho de 2012.

SILVEIRA, H. G. A visão militar brasileira da Guerra do Chaco: projeção geopolítica e rivalidade internacional na América do Sul. **Antíteses**, v. 2, n. 4, jul.-dez, pp. 649-667. Londrina: UEL, 2009.

TRAVASSOS, M. **Projeção Continental do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1938.

